



Serviço Social, pluralismo e o método do materialismo histórico-dialético: um diálogo possível?

Social Work, Pluralism, and the Historical-Dialectical Materialist Method: A Possible Dialogue?


Ana Carolina Silva de Azevedo*

 <https://orcid.org/0000-0001-6472-8285>

Davi Cartaxo Rodrigues**

 <https://orcid.org/0000-0002-5867-2227>

Mariane Raquel Oliveira da Fonseca***

 <https://orcid.org/0000-0001-6739-9624>

RESUMO

O método do materialismo histórico-dialético, adotado pelo Serviço Social brasileiro no seu período de renovação profissional, tem sido acusado de enclausuramento epistemológico. Neste artigo, procuramos resgatar o entendimento de que esse método oferece fundamentos sólidos para uma postura democrática e plural. Revisá-lo sob esse prisma apresenta-se como uma necessidade no atual cenário histórico, marcado por polarizações políticas e pelo desafio de se conseguir estabelecer diálogos verdadeiramente profícuos entre perspectivas distintas sem abrir mão dos pressupostos basilares de cada uma. A perspectiva teórico-metodológica aqui adotada parte do próprio materialismo histórico-dialético, recorrendo a uma revisão bibliográfica e análise teórica de obras de autores clássicos e contemporâneos do pensamento marxiano e da tradição marxista. O texto organiza-se em três seções principais: na primeira, discutimos os fundamentos do método e sua apropriação pelo Serviço Social brasileiro. Em seguida, exploramos a dialética como lógica da diversidade, problematizando leituras reducionistas. E, por fim, refletimos sobre a relação entre Serviço Social, pluralismo e método. Com isso, esperamos contribuir tanto para o fortalecimento desse método, ao

*Assistente Social. Mestra em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Integrante no Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: carolazevedo.ac@gmail.com

**Assistente Social. Especialização em Instrumentalidade, instrumentos, técnicas e ferramentas do assistente social pela Faculdade do Maciço de Baturité (FMB, Baturité, Brasil). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, Brasil). E-mail: davi.cartaxo@aluno.uece.br

***Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Paraíba, Brasil). E-mail: marianeraquel@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p69-85



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

afirmar a sua importância na atualidade, como para o avanço do pluralismo profissional, ao demonstrar que essa perspectiva analítica não se opõe ao debate democrático, mas o exige.

PALAVRAS-CHAVE

Método; Materialismo histórico-dialético; Pluralismo; Serviço Social.

ABSTRACT

The method of historical-dialectical materialism, adopted by Brazilian Social Work during its period of professional renewal, has often been accused of epistemological enclosure. In this article, we seek to reclaim the understanding that this method offers solid foundations for a democratic and plural stance. Revisiting it from this perspective emerges as a necessity in the current historical context, marked by political polarization and by the challenge of fostering genuinely fruitful dialogues among distinct perspectives without abandoning the fundamental assumptions of each. The theoretical-methodological approach adopted here is grounded in historical-dialectical materialism itself, drawing on a bibliographic review and theoretical analysis of works by both classical and contemporary authors from the Marxian and Marxist traditions. The text is organized into three main sections: first, we discuss the foundations of the method and its appropriation by Brazilian Social Work. Next, we explore dialectics as the logic of diversity, problematizing reductionist interpretations. Finally, we reflect on the relationship between Social Work, pluralism, and method. Through this, we aim to contribute both to the strengthening of this method—by affirming its relevance today—and to the advancement of professional pluralism, by demonstrating that this analytical perspective does not oppose democratic debate, but rather demands it.

KEYWORDS

Method; Historical-Dialectical Materialism; Pluralism; Social Work.

Introdução

Nas salas de aula de Serviço Social ao redor do Brasil, professores e alunos se encontram dia após dia com o objetivo de que sejam formados novos assistentes sociais críticos da realidade social e capacitados teórica e operativamente. Existem, porém, duas situações desafiadoras e interligadas que têm sido por vezes tacitamente reconhecidas, assim como teoricamente problematizadas (em maior ou menor nível), no âmbito da produção de conhecimento da área.

A primeira relaciona-se ao debate acerca da existência de uma formação deficitária ou reducionista de assistentes sociais no que tange à apropriação do marxismo (teoria social que baliza há mais de 40 anos a profissão no Brasil). Essa apropriação formalista, se de fato existente, pode estar contribuindo para aprofundar a presença histórica do conservadorismo na profissão e promover uma postura progressista pouco ancorada na complexidade da realidade social.

Para alguns, essa talvez seja uma informação no mínimo confusa. O Serviço Social brasileiro não busca ser ampla e profundamente sintonizado com os pressupostos e a teleologia da teoria social crítica? Sim, de fato. Porém, diversas pesquisas já têm apontado para as dificuldades que têm perpassado essa conexão.

Netto (2005, p. 18), por exemplo, compreende que “seria um equívoco imaginar que este ‘Serviço Social crítico’ é a expressão de todo o Serviço Social no Brasil. O panorama profissional brasileiro é muito diversificado [...]”. Por seu turno, Tavares (2013, p. 9) distingue a ideia de “indignação hegemônica na profissão” da ideia referente à existência de uma hegemonia marxista. E Zacarias (2020, p. 212) defende que “[...] os desafios para

consolidar um projeto profissional com essa fundamentação ainda são muitos, e os riscos para a manutenção dessa conquista têm se tornado ainda mais complexos [...]”.

Nesse contexto, independentemente da posição tomada no debate, há um relativo consenso acerca da necessidade perene de situar a atualidade de Marx para os desafios vivenciados no século XXI (levando-se também em consideração os ataques ideológicos que essa visão de mundo sofre) e de entender como o próprio marxismo tem avançado enquanto tradição intelectual no campo mais amplo das ciências humanas e sociais.

A segunda questão que tem sido por vezes tacitamente reconhecida e teoricamente problematizada consiste na polêmica existente em torno do trato dado, no âmbito do Serviço Social brasileiro, a outras correntes filosóficas, seguindo-se (ou não) o que é prescrito pelas Diretrizes Curriculares (conforme concebidas em 1996), que preconizam o “exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate¹ sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Essa questão se coloca fortemente em debates acerca da existência de liberdade acadêmica no Serviço Social brasileiro, e se apresenta como uma tensão em questões atuais como a internacionalização da profissão. É importante também situar que tudo isso se desenvolve em um contexto marcado de maneira fulcral pelo avanço do capital financeiro, pela contrarreforma da Educação Superior, pelo alastramento da intolerância e da polarização política, e pelo aprofundamento do conservadorismo e do pós-modernismo na sociedade.

Nesse cenário, o método de Marx, adotado pela profissão no seu período de renovação, e utilizado no processo de pesquisa social para o conhecimento da realidade, tem enfrentado um duplo tensionamento: por um lado, setores hegemônicos da profissão defendem que ele se encontra ameaçado; por outro, setores contra-hegemônicos defendem que é fechado e contribui para um enclausuramento epistemológico, fomentando dogmatismo e ausência de pluralismo na profissão.

Neste artigo, procuramos resgatar o entendimento de que, a despeito das práticas que estão sendo ou não adotadas², e contrariando a ideia fechada que setores da profissão podem possuir, o método do materialismo histórico-dialético — se adequadamente compreendido — oferece fundamentos sólidos para uma postura democrática e plural no contexto do Serviço Social brasileiro.

¹ Os termos desse “necessário debate”, por sua vez, são explicitados no próprio documento, que esclarece que “o tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos” (ABEPSS, 1996, p. 10).

² E aqui não desconsideramos a importância de confrontar a concepção formal do método com a sua apropriação no cotidiano da produção de conhecimento em Serviço Social. Enfatizamos apenas que é importante entender que, em sua concepção, o método é profundamente ligado à ideia de abertura ao diferente, ainda que em possível oposição a ele.

Revisitar esse método sob o prisma do pluralismo no atual cenário histórico não apenas se justifica, mas apresenta-se como uma necessidade. O que propomos não é um esvaziamento do conteúdo crítico do método, mas um resgate da sua lógica dialética enquanto lógica da diversidade e não da uniformidade. Ao fazermos isso, esperamos contribuir para o fortalecimento tanto da adequada apropriação do método como da concretização do pluralismo no bojo profissional. Essa questão ganha relevância no contexto atual das universidades e dos espaços socio-ocupacionais, os quais encontram-se perpassados por disputas ideológicas e pelo desafio de se conseguir estabelecer diálogos verdadeiramente profícuos entre perspectivas distintas sem abrir mão dos pressupostos basilares de cada uma.

A perspectiva teórico-metodológica aqui adotada parte do próprio materialismo histórico-dialético. Para o estabelecimento dessa reflexão, recorreremos a uma revisão bibliográfica e análise teórica de obras de autores clássicos e contemporâneos do pensamento marxiano e da tradição marxista, dentro e fora do Serviço Social.

O texto organiza-se em três seções principais: na primeira, discutimos os fundamentos do método do materialismo histórico-dialético e sua apropriação pelo Serviço Social brasileiro. Em seguida, exploramos a dialética como lógica da diversidade, problematizando leituras reducionistas do método. Por fim, a terceira seção reflete sobre a relação entre Serviço Social, pluralismo e método.

Uma breve incursão no método em Marx e sua recepção no Serviço Social brasileiro

Falar em Serviço Social crítico brasileiro na contemporaneidade implica compreendê-lo como uma profissão construída coletivamente e orientada por um projeto profissional específico, cujo eixo central é o Projeto Ético-Político. Esse Projeto fundamenta-se em três componentes essenciais: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão — Lei n. 8.662/1993 (Brasil, [2012]) e as Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996).

Assumir um projeto de profissão significa, também, adotar uma concepção que oriente a apreensão da realidade social e seus desdobramentos. Nesse sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro tem como uma de suas bases o materialismo histórico-dialético, conforme formulado por Karl Marx (1818–1883). Como destacam Montañó e Guerra (2024, p. 243, grifo do autor), essa concepção “[...] toma **a crítica como ferramenta de análise e de horizonte de ação dos profissionais, e a crítica como arma quando apropriada pelas massas**”.

A crítica em Marx assume uma conotação específica, em que o que se empreende, em relação ao conhecimento acumulado, é um “[...] exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os limites — ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (Netto, 2011a, p. 18).

Ou seja, ao se adotar um método a partir de Marx, busca-se compreender a realidade em seu próprio movimento, apreendendo as determinações que a envolvem e a dialeticidade

dessa mesma realidade. Por isso, a perspectiva que emerge de Marx não se funda em uma lógica formal — cuja principal expressão é o positivismo —, mas é norteadada pela lógica dialética, tendo por objetivo “[...] determinar as categorias racionais válidas para a apreensão da realidade, concebida como uma totalidade em permanente transformação” (Baptista, 2014, p. 44).

Portanto, podemos afirmar que a concepção que emerge de Marx tem na ontologia sua fundamentação, ou seja, tem como objetivo compreender as determinações essenciais do ser, em que sujeito e objeto estão intimamente relacionados.

Isso justifica o porquê de Marx não ter preconizado um método formal, entendido como um conjunto de regras a serem seguidas para a apreensão dos fenômenos reais, antes, ateu-se a compreender a dinâmica do capitalismo e como as relações sociais se constituíam, compreendendo as determinações do modo de produção vigente.

Marx buscava ir além da aparência, isto é, do campo da fenomenalidade, onde a realidade se mostra de forma imediata. Seu objetivo era “cavar mais fundo”, até que a essência da coisa em si se revelasse. Isso não significa que aparência e essência estejam dissociadas; pelo contrário, “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (Kosik, 1976, p. 15). Assim, cabia a Marx superar a aparência para apreender a essência, compreendendo a realidade em sua totalidade concreta.

Isso também o levou a buscar compreender o solo histórico no qual o homem se constitui e como ele se constrói em determinada época, trazendo à compreensão as determinações existenciais desse ser — isto é, como o humano se produz e se reproduz em um dado tempo histórico. É importante ressaltar que não se trata de historicismo, uma espécie de relatos cronológicos dos fatos, mas o que se busca é “[...] a historicidade no interior mesmo do objeto pesquisado, tomando-o como componente do processo histórico, e não apenas como resultado” (Pontes, 2017, p. 77).

Nesse contexto, evidencia-se um processo definidor, presente e necessário ao existir humano independentemente do momento em que vive: o *trabalho* como fundamento ontológico da formação do ser social (Lukács, 1979). Isso é levar em conta o ser humano como um sujeito histórico que se constitui e se transforma através do trabalho.

É na relação do homem com a natureza que aquele transforma esta, e o inverso também se faz verdadeiro. Movido por suas necessidades de (sub)existência, o ser humano transforma a natureza ao seu redor para atender aos seus anseios e vontades, mas, ao mesmo tempo, modifica a si mesmo, tornando-se um ser mais complexo e enriquecendo-se em determinações.

Antes de tudo o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se como uma de suas forças [...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 1988, p. 202).

É esse processo que o mobiliza na construção material e simbólica da realidade, a partir de sua capacidade teleológica, ou seja, de uma prévia ideação daquilo que almeja produzir, imprimindo “[...] ao material o projeto que tinha consciente em mira” (Marx, 1988, p. 202).

Toda essa trama pode levar a uma complexificação das relações, sejam elas entre o homem e a natureza ou entre os próprios seres humanos, evidenciando, muitas vezes, o caráter dialético inerente ao mundo dos homens. Ou seja, “não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo que existe na vida humana e social está em perpétua transformação [...]” (Löwy, 1985, p. 14). O que caracteriza a realidade como ela é, portanto, é seu constante movimento de devir, suas transformações contínuas e a coexistência dos contraditórios.

É a negatividade que no interior dos complexos totais, representa a estrutura responsável pela permanente tensão, movida pela ação dos vetores positivos (que trabalham no sentido da reprodução dos complexos) e de vetores negativos (que apontam na direção da desestruturação dos processos, de sua negação) (Pontes, 2017, p. 85).

Todo o caminho percorrido até aqui leva a um objetivo crucial no pensamento de Marx: a busca pela compreensão da totalidade da realidade social. O método fundamentado nas formulações de Marx parte da premissa de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 1982, p. 14). A realidade é dotada de múltiplas determinações, mas não se trata de uma simples junção de peças, como em um quebra-cabeça; vai além disso: a totalidade constitui-se como uma relação dialética entre o particular e o geral, ambos intimamente interligados, e essa dinâmica conduz a um conhecimento totalizante.

É importante enfatizar que, para Marx, o objetivo do conhecimento obtido pelo método não é apenas o conhecimento da realidade, mas a sua transformação. Na obra *Teses sobre Feuerbach*, por ele escrita em 1845, a XI Tese expressa que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 1845).

No Serviço Social as incidências dessa perspectiva ontológica passaram a se consolidar na profissão a partir da década de 1990. No entanto, a aproximação ao universo marxista ocorreu bem antes, embora muitas vezes tenha se dado por meio de apropriações equivocadas e marcadas por percalços temporais.

Por influência do Movimento de Reconceituação, iniciado na década de 1960 — um momento de questionamento da profissão em suas dimensões teóricas, práticas, ideopolíticas e éticas, que, no Brasil, teve como plano de fundo a autocracia burguesa —, emergiu uma vertente no Serviço Social brasileiro denominada *intenção de ruptura* (Netto, 2011b).

Essa vertente, na década de 1970, foi a primeira a contestar o Serviço Social Tradicional, guiado por uma perspectiva conservadora, e a buscar realizar formulações profissionais a partir da concepção marxista, embora sem necessariamente recorrer às fontes originais de

Marx. Como declara Iamamoto (2020, p. 230), “[...] foi uma aproximação a um marxismo sem Marx”.

O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma invasão, às ocultas, do positivismo no discurso do Marxismo do Serviço Social. Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário [...] (Iamamoto, 2020, p. 230).

Essas formulações teóricas e práticas, empreendidas pela escola de Serviço Social de Minas Gerais, ficaram conhecidas como “Método BH”. Batistoni (2021) sintetiza as principais influências que nortearam as formulações desse movimento: a proposta de metodologia única do “método chileno”, a pedagogia de Paulo Freire, o pensamento da esquerda católica por Henrique C. de Lima Vaz, o marxismo de Althusser e a concepção maoísta.

Um segundo momento de incorporação do pensamento marxista ocorreu em meados da década de 1980, que Santos (2007) denomina como uma “apropriação epistemológica”. A autora adverte que, apesar da já existente influência das obras clássicas de Marx, a partir do trabalho de Iamamoto e Carvalho (2005), e de obras da tradição marxista, como as de Gramsci, ainda ocorreram leituras eminentemente epistemologistas. Segundo Santos (2007, p. 76), “esta concepção de Serviço Social está determinada pelo entendimento do marxismo como um ‘modelo’, derivado em polêmicas diversas que pareciam ‘fechar’ o Serviço Social nele mesmo”.

Finalmente, na década de 1990, ocorreu uma apropriação que teve como base o pensamento de Marx sob o prisma ontológico (Santos, 2007). Como aponta Simionatto (2018, p. 93–94),

o debate marxista se enriquece e se amplia com a introdução do pensamento dos filósofos húngaros Georgy Lukács e Agnes Heller, suas problematizações sobre o cotidiano, os valores e a ética, as chaves analíticas da experiência humana e da cultura desenvolvidas por E.P. Thompson, as contribuições de Hobsbawm na interpretação marxista da história, o estruturalismo genérico de Lucien Goldmann, a dialética do concreto de Karel Kosik, as obras de Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Octavio Ianni no estudo da sociedade brasileira [...]. Amplia-se o aprofundamento do pensamento gramsciano especialmente a partir do ingresso de Carlos Nelson Coutinho no Escola de Serviço Social da UFRJ, do pensamento de Lukács e de Marx com as publicações de José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e de um vasto elenco de professores nas diversas instituições de ensino superior [...].

Foi nesse universo em que ocorreram apropriações mais sistemáticas e rigorosas do pensamento do próprio Marx e da tradição marxista dentro de uma perspectiva analítica ontológica, que buscou romper com toda formulação pragmática e instrumental, se apoderando agora de uma concepção que busca compreender o Serviço Social dentro de um contexto socio-histórico específico, dotado de múltiplas determinações, colocando à baila as expressões da questão social como o objeto do Serviço Social e uma ética que se funda no trabalho como determinante ontológico do ser social. Assim, “o que muda substantivamente nos anos 1990 é o tratamento conferido a estes e outros debates e, voltamos a enfatizar, a centralidade que possui a partir de uma apropriação ontológica da teoria social de Marx” (Santos, 2007, p. 79).

Em suma, a apropriação do método do materialismo histórico-dialético não apenas redefiniu os fundamentos do Serviço Social contemporâneo, como também abriu espaço para reflexões críticas, ampliou as possibilidades de atuação da profissão e proporcionou ao assistente social uma base analítica robusta para interpretar a realidade em sua totalidade.

Fundamentos teóricos do método marxiano e suas implicações na produção do conhecimento crítico: um debate democrático que atravessa o Serviço Social

Neste momento, entenderemos de forma mais profunda como a dialética se apresenta como uma lógica que abarca a diversidade, a contradição e a síntese. Para Kosik (1976, p. 20), a dialética é “o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”. O método dialético, portanto, conforme nos indica o autor, afirma-se como um esforço analítico de releitura do concreto indo além do que se define como “pseudoimediatez”.

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações, e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita o seu aspecto imediato, mas submete a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade (Kosik, 1976, p. 22).

Há, aqui, uma evidente contribuição teórico-prática do pensamento crítico, que se consubstancia no método crítico-dialético: uma interpretação do real em sua totalidade que sai da esfera imediata dos fenômenos. Para Tonet (2013), é com o referido método que ocorre a superação dicotômica entre subjetividade e objetividade, a partir da evidente relação de síntese entre a consciência humana e a realidade objetiva (movimento realizado pela prática social).

Para além disso, na visão marxiana, diferentemente da concepção kantiana, por exemplo, que afirmava não ser possível aos sujeitos conhecerem a realidade em sua totalidade, há uma defesa epistemológica de que, sob fundamentos sólidos, os seres sociais, a partir de sucessivas aproximações, e amparados na práxis histórica, podem conhecer a verdade objetiva. O pressuposto de toda essa análise é o que a visão marxiana defende sobre o “homem” não ser apenas um ser natural, mas natural humano por si mesmo, um “ente-especie”.

Consequentemente, os objetos humanos não são objetos naturais como se apresentam diretamente, nem é o sentido humano, como é dado imediata e objetivamente, sensibilidade e objetividade humanas [...] E como tudo o que é natural tem de ter uma origem, o homem tem então seu processo de gênese, a História, que é para ele, entretanto, um processo consciente e, portanto, conscientemente autotranscendente (Marx, 1844).

Sob esse limiar, entende-se que no processo de conhecimento há uma prioridade do objeto sobre o sujeito que, conforme analisa Tonet (2013), faz com que o conhecimento científico

se estabeleça como tradução teórica do objeto, subordinando a subjetividade à objetividade, ou seja, é o objeto que tem uma natureza própria, que organiza o sujeito, e não o contrário. “E, na medida em que essa natureza e essa lógica são resultado de um processo histórico-social, é imperativo que o sujeito deva reconstruir teoricamente esse processo se pretende conhecer o objeto” (Tonet, 2013, p. 106).

O convite à reconstituição do processo dialético que prioriza o objeto e, portanto, relega a subjetividade a um patamar de subordinação a este, oferece ricas e amplas possibilidades ao campo científico. Nesse contexto, Coutinho (2011, p. 11, tradução nossa) explicita a natureza plural do método, aberta ao conhecimento externo — passível, inclusive, de novas interpretações e análises futuras:

[...] o pesquisador marxista esteja sempre atento não apenas às novas determinações geradas nos objetos de investigação, ainda que não tenham sido registradas por Marx e pelos marxistas, ou mesmo quando contradizem afirmações literais destes, mas também aos resultados teóricos de outras correntes de pensamento. Como toda manifestação da criatividade humana, o marxismo também é uma obra aberta, algo em permanente construção (Coutinho, 2011, p. 11, tradução nossa).

Denota-se aqui o caráter democrático do método, que abre possibilidades na continuidade de estudos e novas significações para diversas áreas que integram o universo científico. Dentre elas, destaca-se o Serviço Social, definido como um produto histórico e que, como nos indica Iamamoto (2020, p. 221),

Afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da “questão social”.

Esse é um campo que possui estatuto de área do conhecimento científico, e que incorpora “novas e ricas mediações no trato dos objetos de intervenção passando a lhes imprimir, também, o estatuto de objetos de conhecimento, o que contribuiu para sua inserção no circuito das ciências humanas e sociais, para além das ciências sociais aplicadas” (Mota, 2013, p. 22). Esse amadurecimento crítico e, sobretudo, o diálogo com o pensamento marxiano e a tradição marxista, possibilitaram robustas análises na área do Serviço Social, contribuindo na ampliação de estudos sobre objetos complexos.

Além disso, é notório que as contribuições que partem do materialismo histórico-dialético possuem repercussões na produção de conhecimento e na prática profissional do assistente social. Esse processo também possui incidências na formação profissional, uma vez que o método em questão se propõe a fortalecer um percurso formativo crítico, comprometido e que afirma valores éticos não neutros, mas com uma direcionada opção política de recusa ao *status quo*. As críticas às práticas ditatoriais e ao conservadorismo na profissão, iniciadas na década de 1970, possuem uma influência direta do método em análise, e materializaram-se, posteriormente, no atual projeto ético-político do Serviço

Social. Desenvolveu-se a partir de então um processo de redefinição dos fundamentos teórico-filosóficos que forjam o Serviço Social brasileiro.

Importa refletir que o impulso de redirecionamento feito à profissão deu-se, em certa medida, com uma opção metodológica que possui viés democrático — havendo, portanto, uma complexa vinculação entre o método proposto por Karl Marx e a democracia. Conforme argumenta Tonet (2009, p. 21–22, grifo nosso),

[...] o que nos parece mais importante recuperar nessa discussão acerca da posição de Marx em relação à democracia, é a sua perspectiva metodológica. Esta se caracteriza por ter como ponto de partida a afirmação do trabalho com o fundamento ontológico do ser social. E, em decorrência disso, também a afirmação de que toda forma de sociabilidade terá, sempre, como fundamento, uma determinada forma de trabalho. E, mais ainda, que a forma mais livre possível da sociabilidade humana, o comunismo, deverá ter, necessariamente, como fundamento, a forma mais livre possível do trabalho, que é o trabalho associado. **Este fio condutor metodológico, mas frise-se onto-metodológico e não apenas metodológico, é que permite uma imposição adequada de toda a problemática, impedindo os descaminhos politicistas ou reducionistas.** Ele permite assegurar que a questão fundamental é a autoconstrução humana e que todas as categorias da sociabilidade — aí incluída a democracia — devem ser compreendidas e avaliadas em função das posições que ocupam nesse processo. Podemos, pois, concluir, dizendo que Marx não é contra a democracia. Ele, apenas, é a favor da emancipação humana, da plena liberdade dos homens, coisa que a democracia não pode proporcionar.

Vê-se, então, que não há uma oposição entre o referido método e a democracia. Pelo contrário: há uma defesa radical da emancipação humana. Entretanto, ressalta-se a importância de uma apropriação metodológica que não se limite a reduções ou inconsistências analíticas, capazes de reproduzir equívocos sobre a natureza do materialismo histórico-dialético. Como repercussão também de um quadro maior, equívocos metodológicos podem gerar diversas armadilhas palpáveis no Serviço Social (enquanto área de conhecimento e profissão), como o teorismo, o politicismo e o praticismo. Nesse sentido, considera-se, a partir de Iamamoto (2020), o rigoroso cuidado que deve existir na adoção metodológica aqui analisada, a fim de não incorrer em visões unilaterais e fragmentadas.

Conforme indicado pela autora, há riscos iminentes que atravessam a profissão na sua esfera política, teórica e prática. Diante disso, é essencial um cuidadoso manuseio teórico-metodológico envolvendo o método adotado, com o intuito de fortalecer a releitura dos fundamentos da profissão, seus valores ético-políticos e sua prática interventiva de modo crítico e embasado, indo além da mera aparência e de uma prática isolada da realidade crítico-social, em sintonia com os valores democráticos.

Apesar dos riscos, é explícita a contribuição do método em pauta para subsidiar pesquisas que denunciem e desvelem as contraditórias relações históricas, ultrapassando a área do Serviço Social e firmando a defesa da autonomia e do pluralismo, conferindo legitimidade para as ciências humanas e sociais. Além disso, o assertivo domínio teórico-metodológico, alinhado com as dimensões ideopolíticas e técnico-operativas de forma bem-posicionada, contribuem para uma aproximação com a realidade, imprimindo caminhos mais amplos e

ações interventivas que fortalecem o projeto ético-político da profissão, alicerçando princípios e valores democráticos, na recusa ao autoritarismo e na defesa intransigente dos direitos humanos.

Serviço Social, pluralismo e o método em Marx

Na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, quando ocorreu sua vinculação ao materialismo histórico-dialético, uma nova concepção de pluralismo emergiu na profissão. Se no Serviço Social Tradicional tivemos uma *hegemonia sem pluralismo*, e no período de renovação profissional imperou um *pluralismo sem hegemonia*, nesse momento foi inaugurada uma *hegemonia com pluralismo* (Fonseca, 2021).

Agora, o pluralismo passava a ser garantido na dimensão jurídico-política da profissão, aparecendo enquanto princípio ético no Código de Ética Profissional de 1993 (Brasil, [2012]) e nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996).

A noção de *hegemonia com pluralismo*, quando dada no âmbito da produção de conhecimento, foi apoiada na interpretação de Coutinho (1991) do método do materialismo histórico-dialético. Como aponta Cazela (2017, p. 237), Carlos Nelson Coutinho contribuiu na “construção do debate em torno do pluralismo no interior da UFRJ, mas que se disseminou no Serviço Social brasileiro como um todo”.

Essa interpretação tinha pertinência uma vez que esse método, ao preconizar a realidade como síntese de múltiplas determinações, acaba por “captar a diversidade como categoria constitutiva do real, em detrimento da tentativa de homogeneizações e/ou hierarquizações ilógicas” (Forti, 2017, p. 380). Opor-se à diversidade contrariaria os próprios fundamentos do método, que é flexível, posto que “[...] está aberto para o novo, não é ossificado, não se cristaliza como dogma” (Paula, 1991, p. 74). Assim, esse entendimento da diversidade não como obstáculo, mas como expressão da vida social, agora passava a exercer influência na profissão (Forti, 2017).

Na lógica que baliza o materialismo histórico-dialético, o pluralismo é, portanto, algo requerido. Como nos lembra Tonet (1995, p. 15, grifo nosso), ele é “*conditio sine qua non* para o progresso científico”. No âmbito das universidades, “diferentes projetos de sociedade, diferentes concepções de ciência, diferentes propostas de valores convivem e debatem entre si. E é assim que deve ser” (Coutinho, 1991, p. 17). Esse pluralismo, entretanto, precisa ser qualificado, uma vez que comporta distintas — e até mesmo antagônicas — concepções teóricas.

Goethe dizia o seguinte: as ideias não podem ser liberais, o que pode e deve ser liberal é o modo de as idéias conviverem entre si. Com isso, Goethe formula um princípio que me parece ser a base de toda ciência. Esse princípio soa assim: para cada questão, a ciência tem apenas uma resposta verdadeira (Coutinho, 1991, p. 17).

A ideia defendida por Coutinho (1991) apareceu pela primeira vez no artigo *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*, publicado na edição número 04 dos Cadernos ABESS, *Ensino*

em *Serviço Social: pluralismo e formação profissional*, apresentando grandes contribuições ao debate acerca do pluralismo profissional que estava sendo travado na década de 1990.

O autor, ao analisar o pluralismo na sociedade — emergido no bojo da modernidade —, situa que o problema que se interpôs foi sobre como poderia haver uma síntese entre o predomínio da vontade geral e a conservação da multiplicidade dos sujeitos. Como resposta, Coutinho (1991) recusa tanto o despotismo quanto o pluralismo liberal, defendendo, a partir do neogramsciano Pietro Ingrao (1915–2015) e de um viés socialista democrático, a ideia de um pluralismo que se articule com a hegemonia. Como elucida Fonseca (2021, p. 127), “gestado em escopos *democráticos socialistas* (Abramides, 2019), o pluralismo entendido enquanto *hegemonia com pluralismo* prescreve a construção do debate dentro de um universo heterogêneo em que é garantida a hegemonia de uma determinada perspectiva sem a destruição das demais (Cazela, 2017)”.

Essa perspectiva se propõe a evitar dois engodos. O primeiro deles é o engodo do relativismo, que entende o diálogo não como confronto de ideias, mas como fusão de perspectivas opostas (Silva, 2008). Essa é a perspectiva liberal de pluralismo, que entende que as relações entre essas perspectivas são travadas em um terreno neutro. O segundo engodo, por sua vez, refere-se ao dogmatismo. Como elucida Silva (2008, p. 146),

ao perseguir a tendência hegemônica, pode-se correr o risco de cair num antipluralismo, apesar da opção pelo Pluralismo. Isso leva a um fechamento — até mesmo inconsciente — teórico, capaz de empobrecer o exercício da democracia, da cidadania, da liberdade, da maturidade em escolher e opinar criticamente.

Tecendo uma crítica acerca de uma perspectiva eclética do pluralismo metodológico, Tonet (1995) defende que o método marxiano é aquele que melhor atende aos critérios de antirrelativismo e antidogmatismo:

Creio também, e sobretudo, ter deixado claro que o combate ao pluralismo epistemológico pode e deve ser feito sem incorrer no dogmatismo, na recusa ao confronto de ideias, bastando resgatar o genuíno método marxiano. **Este sim é a resposta à pergunta: como não ser dogmático, nem eclético ou relativista.** Este método, de caráter ontológico, é, por sua natureza, radicalmente crítico e antidogmático, o que significa que, com ele, o cientista se torna mais e não menos livre, pois sua liberdade não está fundada no terreno movediço da subjetividade — incapaz de superar o relativismo — mas numa angulação produzida pela objetividade, o que lhe permite melhores condições de visibilidade (Tonet, 1995, p. 14, grifo nosso).

Assim, essa concepção de pluralismo entende que é possível ter, ao mesmo tempo, hegemonia e diversidade. Como aponta Netto (2006), o pluralismo, em vez de significar concordância, apresenta-se como o terreno adequado para o desenvolvimento de tensões e lutas. O respeito aqui é entendido, ao mesmo tempo, como abertura e combate ao diferente (Fonseca, 2021), o que lamamoto (2012, p. 42, grifo nosso) chamou de “embate respeitoso”:

[...] É nos limites desses princípios que se move o pluralismo, que **supõe o reconhecimento na luta acadêmica e técnico-política**, de orientações distintas presentes na arena profissional, assim como o **embate respeitoso com as**

tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam a ordem vigente. Essas tendências regressivas apontaram para um retorno ao passado profissional, já submetido ao crivo da crítica teórica, metodológica, ética e política nas últimas décadas.

Em resumo,

O pluralismo de ideias, que seria o solo dessa liberdade, **não seria tomado como um campo neutro**. Ao contrário. Seria um campo em que teriam lugar diferentes ideias, **onde se teria uma direção que seria hegemônica**. Portanto, tratar-se-ia de um campo de **diálogo**, mas também de **embate de ideias**, e **não um campo de consenso**, **onde se tentaria homogeneizar diferenças incompatíveis entre si** (Vinagre, 2012, p. 169, grifo nosso).

Nesse contexto, Coutinho (1991, p. 16) problematiza que “tudo aquilo [...] que vai contra a universalidade, que discrimina *a priori* uma parte do gênero humano, é intolerável para uma consciência democrática socialista. Não podemos tolerar, por exemplo, o racismo; não podemos tolerar, por exemplo, o machismo”. Assim, os contornos da relação entre pluralismo e método no contexto do Serviço Social brasileiro requerem o estabelecimento de balizas democráticas, sendo a democracia um valor fundamental do projeto ético-político profissional. Nessa direção, como analisa Barroco (2014, p. 480),

de forma explícita, o Código indica uma concepção de pluralismo que limita a tolerância ao campo democrático, negando as práticas, ideias e manifestações que produzem o racismo, a xenofobia, o nacionalismo agressivo, o fascismo, o preconceito, a discriminação por motivos diversos, enfim que negam os valores que dão suporte à ética profissional.

Nesta seção, discutimos sobre a relação entre Serviço Social, pluralismo e método, partindo do acúmulo das seções anteriores, que exploraram os fundamentos do método do materialismo histórico-dialético e sua apropriação pelo Serviço Social brasileiro, bem como situaram a dialética como uma lógica que valoriza a diversidade e a abertura ao diferente. Nesta última parte, pudemos apreender que esse método fundamenta atualmente a produção de conhecimento na área e detém em si traços tanto antiecléticos como antidogmáticos.

Considerações finais

Como síntese das questões aqui tratadas, é fundamental ressaltar a importância e a fecundidade do método do materialismo histórico-dialético, entendido como chave analítica indispensável para desvelar a realidade em suas múltiplas determinações. Torna-se imprescindível ao Serviço Social brasileiro, portanto, afirmar o método em Marx como componente insuprimível da profissão, reafirmando o legado teórico e prático acumulado ao longo das décadas e assumindo-o como estratégia de superação das formulações teóricas e práticas de caráter pragmático e conservador.

O horizonte a ser alcançado a partir desse método é compreendê-lo para além de um instrumento de crítica, reconhecendo-o como um caminho indispensável à emancipação humana e à construção de um diálogo franco e aberto. Por seu caráter dialético — compreendido como movimento contraditório —, o método é capaz de oferecer

alternativas fundamentadas em práticas democráticas, na aceitação do diferente e na busca de sínteses possíveis em tempos de intensa polarização.

Aqui apresentamos, então, um convite ao Serviço Social para reafirmar sua vocação crítica e sua recusa às perspectivas conservadoras que historicamente rondaram a profissão sem, contudo, perder de vista sua capacidade de diálogo, de escuta ao diverso e de autocrítica, evitando posturas dogmáticas e sectárias, e reinventando sua atuação em um mundo plural e em constante mudança. Mais do que defender o método do materialismo histórico-dialético, buscou-se aqui evidenciar que a fidelidade a essa perspectiva analítica não se opõe ao debate democrático, mas o exige. Afinal, somente uma razão que acolhe o movimento, a diferença e o diálogo são capazes de sustentar uma prática profissional verdadeiramente emancipadora.

Por isso, torna-se necessário um criterioso trato metodológico para não se incorrer em reducionismos. Nesse contexto, é premente a tarefa de promover aprofundamentos investigativos sobre a relação entre método e pluralismo, considerando, como evidenciada neste artigo, a fecundidade dessa relação e a sua relevância para o Serviço Social hoje.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em: 31 jan. 2026.

BAPTISTA, Myrian Veras. A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade. In: BAPTISTA, Myrian V.; BATTINI, Odária (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2014. p. 29–52.

BATISTONI, Maria R. Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (org.). **A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. E-book. p. 73–98.

BARROCO, Maria L. S. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. **Serviço Social & Sociedade**, n. 119, p. 468–481, jul./set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300004>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mnBp9jFdJbjR3xRFXM3shcM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2026.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: CFESS, [2012]. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 31 jan. 2026.

CAZELA, Mabile C. Notas sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho ao Serviço Social brasileiro. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 2, p. 234–244, maio/ago. 2017. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p234>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/tFZ7v9PJLNgcQYHGYgyDvQy/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 517, 1991. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2026.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo y política**: La dualidad de poderes y otros ensayos. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

FONSECA, Mariane R. O. da. **A concepção de pluralismo no Serviço Social brasileiro**: um estudo a partir do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). 2021. 203f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/items/2cad82f4-d660-4725-8a25-98b236cd08a2>. Acesso em: 5 jan. 2026.

FORTI, Valéria L. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, p. 373–381, set./dez. 2017. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p373>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/T4jfvWszV88RqxRsjg3RLkw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social**: em questão. p. 33–74. Brasília, 2012. Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política e outros escritos**. São Paulo: Abril, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>. Acesso em: 19 out. 2025.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Editorial Avante!, 1845. Lisboa, Moscovo: Edições Progresso, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 20 out. 2025.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do serviço social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Campinas: Papel Social, 2024.

MOTA, Ana E. **Serviço Social e teoria social: uma introdução ao debate**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, ano 26, n. 84, nov. 2005. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/at_download/file. Acesso em: 5 jan. 2026.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana E. et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

PAULA, João A. de. A atualidade do marxismo. In: ABESS. **Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. Cadernos ABESS, n. 4. Cortez: São Paulo, 1991. p. 64–75.

PONTES, Reinaldo N. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Joseane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da Nossa Época, v. 132)

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al. (org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 85–113.

SILVA, Maria das G. M. F. da. Marxismo, pluralismo e formação profissional do assistente social. **Teoria Política e Social**, v. 1, n. 1, p. 145–150, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tps/article/download/2960/2521/4600>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TAVARES, Maria A. Marx, marxismos e Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 09–11, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/86y65drPWpDSxHJxVJsgSMK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 48, 1995. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf. Acesso em: 5 jan. 2026.

TONET, Ivo. Marxismo e democracia. In: BORGES, Liliam F. P.; MAZZUCO, Neiva G. (org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 09–21. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-suze-2.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/METODO%20CIENTIFICO%20Uma%20abordagem%20ontol%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

VINAGRE, Marlise. Ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. In: BONETTI, Dilsea A. *et al.* (org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 167–176.

ZACARIAS, Inez R. **O lugar do marxismo na formação profissional em serviço social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. *E-book*.

Submetido em: 21/10/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026